

Ofício nº 84/2017
Ibitinga, 09 de Janeiro de 2018

Câmara Municipal de Ibitinga
Protocolo Geral 000072
11/01/2018 17:00
Documento ML - MTR 31/2018

Assunto: Responde requerimento do ilustre vereador Marco Fonseca, a cerca do aterro sanitário regional que se pretende instalar em Ibitinga.

Ilustríssimo Presidente,

Acusamos o recebimento dos Requerimentos protocolizados nesta Câmara Municipal sob nº 4799/2017 (Requerimento nº 858/2017) sobre aterro sanitário regional.

Segue em anexo, como parte integrante da presente resposta, a nota técnica sobre a questão para apreciação do nobre edil.

Atenciosamente,



CRISTINA MARIA KALIL ARANTES
Prefeita Municipal

Ilmº Sr.

ANTÔNIO ESMAEL ALVES DE MIRA

**M.D. Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga
IBITINGA/SP**

CÂMARA MUNICIPAL IBITINGA 11/01/2018 16:39 000072



NOTA TÉCNICA - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Assunto: Aterro Sanitário.

Interessado: Vereador Marco Antônio da Fonseca.

Excelentíssima Sra. Prefeita Municipal,

Em atenção ao requerimento legislativo nº858/2017 de autoria do vereador Marco Antônio da Fonseca, esta Secretaria tem a informar que:

Desde o início desta gestão, fizemos o levantamento da situação dos recicladores que ocupam o atual local do Transbordo, e através das entrevistas nos foi informado que a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Ibitinga estava sem funcionamento a mais de 5 anos.

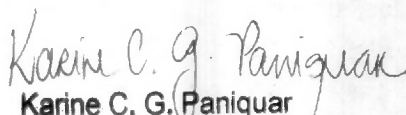
Conforme documento em anexo, dados levantados sobre a situação atual encontrada nas primeiras semanas, foram realizadas diversas reuniões, com apoio do Serviço Social, para auxiliar os recicladores, além de identificação e cadastramento dos mesmos para possíveis auxílios estatais, para que pudessem atender o perfil de cada família. Complementarmente, foram realizadas a limpeza do local, manutenção do sistema de armazenamento do chorume, entre outras ações, a fim de manter a ordem do local.

O isolamento da área, bem como a manutenção da limpeza do local, é prejudicada pela presença dos recicladores. A melhoria da gestão da Estação de Transbordo está intrinsecamente vinculada com a retirada desta pessoas que realizam a triagem dos materiais no local e, conseqüentemente, com a capacidade do município oferecer uma alternativa de trabalho e renda.

Para tanto, a resolução deste contexto está em andamento por meio de ação firmada junto à consultoria Alto Uruguai – Engenharia e Planejamento de Cidades Ltda. – EPP, CNPJ nº19.338.878/0001-60, através do Contrato nº124/17, que visa a reorganização da Cooperativa dos Manipuladores de Resíduos e Materiais Recicláveis de Ibitinga, a fim de implementar a coleta seletiva no município, com ações de inclusão social mediante geração de trabalho e renda, as quais já se iniciaram e que se estenderão pelo ano de 2018. O cronograma de execução e a proposta das ações das atividades dos contratados podem ser apreciados, em anexo junto a este documento.

Conjuntamente a estas iniciativas foram realizados aquisições de placas com orientação e conscientização de educação ambiental, contendo disk denúncia, bem como a aquisição de triturador de galhos por meio de contrato nº 131/17. E ainda, está em fase planejamento a possibilidade de formação do Consórcio Intermunicipal do Centro Paulista (CICEPA), para tratamento do lixo de 12 municípios circunvizinhos (raio de 65 Km).

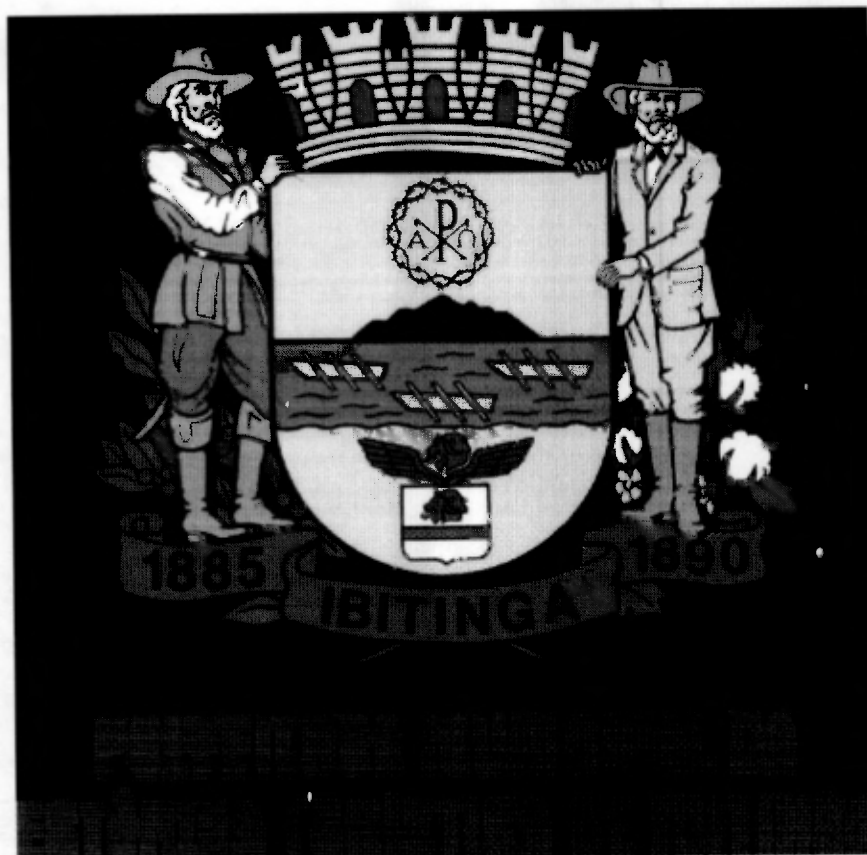
Sem mais,


Karine C. G. Paniquar
Bióloga
Coordenadora de Meio Ambiente

ETAPA	AÇÕES	MESES												
		Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	
Regularização da Estação de Transbordo	Regularização da disposição e armazenamento dos resíduos no transbordo													
	Isolamento do local com cerca ou alambrado													
	Manutenção do sistema de drenagem de chorume, por meio da manutenção das canaletas de drenagem													
	Limpeza dos resíduos leves (sacos plásticos) e outros resíduos espalhados na área da estação de transbordo e nas áreas vizinhas													
	Relatório mensal das condições da estação de transbordo com respectivo relatório fotográfico a ser enviado para a Cetesb													
Diagnóstico e mobilização social com empoderamento dos catadores de materiais recicláveis	Cadastramento dos catadores que atuam no transbordo e nas ruas													
	Sensibilização, mobilização e capacitação dos cadastrados													
Regularização e organização formal da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Município	Reforma e recuperação da central de triagem do município e dos equipamentos (esteira, balança, prensa, etc)													
	Relocação dos catadores ao novo local de trabalho													
	Capacitação dos catadores													
	Acompanhamento de profissional da área social na operacionalização da cooperativa													
Elaboração do Projeto do Programa Municipal de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Recicláveis	Elaboração do Plano de Coleta Seletiva													
	Programa de educação ambiental referente a coleta seletiva													
Implantação do Sistema de Coleta Seletiva Municipal	Implantação e início da coleta seletiva													
Elaborar revisão do conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)														

Com base no Anexo I – Termo de referência, apresentado no Contrato nº 124/2017, a prestação de serviço tem como objetivo a revisão e elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) no âmbito dos resíduos recicláveis e a implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis com características domiciliares de residências, comércio e prédios públicos no Município de Ibitinga, com a estruturação, a capacitação e a inclusão da Cooperativa de Catadores de Recicláveis de Ibitinga, de acordo com as disposições da Lei 12.305/2010 e do Decreto Regulamentador nº. 7.404/2010. A entrega dos serviços da Contratada seguirá o Cronograma das atividades especificado a baixo:

Diagnóstico da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente



IBITINGA
2017

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Este diagnóstico está sob a responsabilidade de:

Nome: Frauzo Ruiz Sanches

Cargo: Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Assinatura: _____

Nome: Gumercindo José Rossato Bernardi

Cargo: Diretor de Agricultura

Assinatura: _____

Nome: Marina Kolland Dantas

Cargo: Diretora de Meio Ambiente

Assinatura: _____

1 INTRODUÇÃO

Em meio a atual conjuntura socioeconômica e política, a palavra “planejamento” torna-se elemento fundamental para garantir o sucesso da Administração Pública brasileira. A Estância Turística de Ibitinga não se encontra alheia a esse cenário, sendo de importância ímpar identificar os gargalos e as oportunidades existentes no funcionamento da prefeitura para orientar o cumprimento adequado das funções públicas e o enfrentamento dos desafios que estão por vir.

Nesse sentido, a elaboração de um diagnóstico sobre o panorama atual encontrado em cada Secretaria permitirá a evidenciação quanto ao cenário geral da prefeitura. Se o diagnóstico for bem executado por cada secretário ao longo desses primeiros meses, embasará adequadamente o planejamento de curto e médio prazo, viabilizando, por exemplo: (i) aumento da eficiência interna do executivo ibitinguense; (ii) maior eficácia organizacional; (iii) economia de recursos; (iv) alocação eficiente de receitas em rubricas de maior prioridade; e (v) aprimoramento dos processos decisórios.

Além disso, essa etapa também permitirá criar uma base sólida para a elaboração do Plano Plurianual de 2018-2021. É sabido que a elaboração de um PPA sério e comprometido com as questões do município de Ibitinga demanda tempo e energia de todos os setores da sociedade, no entanto, um bom diagnóstico norteia os principais pontos a serem priorizados em conjunto com a população.

Por fim, essa pesquisa inicial é importante para fundamentar a captação de convênios, justificando a alocação de recursos e investimentos. Todos os convênios pedem justificativas técnicas para a liberação de recursos, por isso, ter clareza a respeito dos problemas existentes, de modo documentado, também agiliza todo o processo de captação via Gabinete de Projetos.

É preciso frisar que esse estudo deve ser realizado de forma padronizada entre as Secretarias. A partir disso, poderemos avaliar os problemas existentes e, ao constarmos semelhanças entre demandas, poderemos agrupá-las para a construção de políticas integradas.

Esse guia cumpre a função de homogeneizar os diagnósticos que serão realizados, de forma que com o cumprimento destas regras será possível sistematizar facilmente o entendimento quanto aos desafios e demandas municipais.

2 O DIAGNÓSTICO E O GABINETE DE PROJETOS

A Estância Turística de Ibitinga inova ao trazer um gabinete de projetos para pensar questões como a captação de recursos de outros entes da federação, setor privado e planejar uma cidade inteligente e moderna. No entanto, o trabalho do gabinete é majoritariamente pautado nas demandas e informações norteadoras provenientes dos demais setores e Secretarias municipais.

Isso ocorre, pois a concessão de recursos externos exige justificativas claras e objetivas das razões para as quais os recursos estão sendo solicitados. Diante da competição e escassez de recursos, a elaboração destes projetos é composta por processos extensos e burocráticos que exigem um nível de especificação e tecnicidade alta.

Nesse contexto, o diagnóstico bem realizado por cada uma das Secretarias permitirá acelerar a busca por esses recursos. A noção e clareza quanto ao cenário de cada um dos problemas municipais facilitará o entendimento de quais projetos e recursos exigem prioridade para atender as necessidades ibitinguenses, além de orientar a equipe sobre os canais, entes federativos e órgãos mais adequados para a concessão destes investimentos.

3 DIAGNÓSTICO

Para saber onde queremos chegar é preciso entender onde estamos. Do contrário, será despendido tempo e recursos para realizar ações, muitas vezes, desnecessárias ou construindo caminhos que já existem, mas que por diversas razões desconhecemos. Esse cuidado poderá determinar o sucesso das ações a médio prazo que beneficiem Ibitinga.

Além disso, poderemos criar uma “fotografia” do que nos foi deixado no momento em que assumimos a prefeitura e, posteriormente, comparar os resultados. Um ponto de partida permitirá entender onde nos encontramos nessa trajetória. Para tanto, é preciso ter clareza de uma série de fatores na elaboração do diagnóstico. É preciso transformar as informações existentes em dados que possam nortear a administração municipal.

Segundo a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2013) a diferença entre informações e dados é a forma como estão dispostos e a função que executam. No momento em que organizamos as informações disponíveis por meio de uma metodologia, elas passam a ser dados e é a partir destes dados que poderemos construir indicadores e acompanhar os resultados que estão por vir.

Entende-se que cada uma das pastas detém especificidades. Algumas trabalham diretamente com bens físicos e resultados que podem ser facilmente mensurados, outras abrangem funções de difícil mensuração. Estas diferenças devem ser consideradas, mas alguns procedimentos podem ser seguidos, de forma padronizada, para promover uma cultura de planejamento interno.

O primeiro destes procedimentos refere-se ao fato de que ao iniciar a elaboração do diagnóstico deve-se ter clareza que a gestão anterior cometeu erros e acertos. Logo, cabe ao diagnóstico evidenciar esses pontos. A pretensão é que este seja um documento técnico que aponte a real situação da cidade e, ainda, permita avaliar gargalos encontrados, deixando de lado a ideia de transformação total da prefeitura. Rotinas que forem julgadas positivas para a prefeitura, devem ser mantidas e aperfeiçoadas, da mesma forma que ações negativas devem ser repensadas e, em último caso, descartadas das práticas do ambiente.

O ponto essencial para que haja sucesso no planejamento interno é compreender que nem todas as informações são úteis para o planejamento. Pergunte-se: “Quais informações vou levantar e por quê?”. A partir deste grande “volume” de informações refinamos o passo a passo, até que possamos sintetizar em indicadores e índices aquilo que buscamos atingir. A Figura 1 sintetiza o passo a passo desse refinamento:

Figura 1. Pirâmide da informação



Fonte: Ministério do Planejamento.

Neste primeiro momento, o diagnóstico de cada Secretaria estará concentrado na base da pirâmide apresentada na Figura 1. O foco consiste na triagem e análise dos dados existentes, separando questões relevantes para o planejamento municipal dos desafios de curtíssimo prazo ou problemas corriqueiros da administração.

A partir dessa base será possível construir um diagnóstico do município que demonstre o ponto no qual nos encontramos na caminhada para uma administração pública comprometida com a eficiência, eficácia e efetividade.

Para a construção desse diagnóstico foi utilizada como base a metodologia proposta no documento “Manual de Elaboração do Diagnóstico das Secretarias”, que consiste na obtenção de informações a partir da coleta de dados diversificados que definam o panorama atual das Secretarias com base em suas atribuições, principais problemas vivenciados, assim como, possíveis soluções frente aos desafios levantados.

Nesse sentido, foram utilizadas as informações resgatadas de dentro da Secretaria, os indicadores disponíveis em bases de dados oficiais, além de visitas *in loco* para a coleta de informações, com registros fotográficos e depoimentos.

Para organizar a apresentação, o relatório encontra-se essencialmente organizado nos dois eixos temáticos que compõem esta Secretaria: o primeiro relativo à área de Meio Ambiente e o segundo sobre a Agricultura.

3.1 MEIO AMBIENTE

Segundo o artigo 225 da Constituição Federal (CF) de 1988: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Frente ao panorama crítico de desequilíbrio entre as ações humanas e os limites planetários de provisão e regeneração dos recursos naturais, a sociedade contemporânea vivencia um conjunto de graves problemas ambientais. Dessa forma, política e gestão ambiental passam a ocupar a posição de importantes vetores para o reequilíbrio entre “desenvolvimento” e “preservação”, tendo a esfera pública, o papel de impulsionar a adoção de comportamentos que garantam a tutela ambiental. Nesse processo os municípios apresentam uma atuação essencial uma vez que conseguem visualizar e agir nos conflitos locais que afetam diretamente o equilíbrio e a qualidade dos espaços cotidianos.

Diante desse contexto, as principais funções desempenhadas pela Secretaria relativas ao Meio Ambiente são:

- Gerenciamento das licenças ambientais e demais procedimentos vinculados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e outros órgãos que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);
- Condução de ações relacionadas com a APA Ibitinga, em caráter complementar as responsabilidades da Fundação Florestal;
- Fiscalização e autorizações de ordem ambiental;
- Gestão da arborização urbana, incluindo: fomento a um plano de arborização urbana sustentável; planejamento do plantio, manutenção e autorização das podas/erradicação das árvores no perímetro urbano; e gerenciamento do Viveiro Municipal.
- Execução e articulação do Programa Município VerdeAzul no município;
- Ações que incluam a sustentabilidade na rotina do serviço público, como por exemplo: fomentar as compras públicas sustentáveis, incentivar mudanças de hábitos.
- Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos;
- Ações de educação ambiental;
- Restauração de áreas verdes.

Os próximos subitens apresentam, de forma mais detalhada, alguns aspectos vinculados a estas funções, com ênfase nos principais problemas observados e propostas para melhoria dessa área.

3.1.1 Descontinuidade e precariedade nas bases de informações ambientais

Primeiramente, grande parte das informações sobre meio ambiente não estavam disponíveis nos arquivos físicos e/ou digitais da Secretaria. Cabe destacar que não foi possível encontrar nenhum documento relacionado com o Relatório de Gestão Ambiental sobre o Programa Município VerdeAzul (PMVA), encaminhado anualmente para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Além disso, as informações disponíveis estavam dispersas e mal organizadas: foram encontrados diversos arquivos, como por exemplo, processos que não deveriam estar arquivados na Secretaria; não foi encontrado nenhum tipo de sistema de controle interno de processos e nenhuma planilha eletrônica com dados ambientais do município.

Há uma precariedade nas informações: no contexto da gestão ambiental é fundamental o uso de sistemas georreferenciados para embasar projetos e a tomada de decisão - localização das nascentes e córregos, inventário de arborização urbana, áreas de preservação permanente, entre outras demandas. Porém, não há esse tipo de base em uso na Secretaria e os próprios mapas “físicos” foram encontrados desorganizados, sem uma orientação de quais informações permanecem atualizadas.

Figura 1 - Informações mapeadas disponíveis na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente



Fonte: Foto de Marina Kolland Dantas, 21 de Abril de 2017.

Sugestão para solucionar o problema: - Organização da estrutura física da sala da Secretaria e dos arquivos digitais;

- Estabelecer sistemas de controle interno, criando uma rotina de processamento das informações;

- Investir na execução de projetos que criem bases de dados a partir da aquisição de imagens/sistemas de mapeamento.

3.1.2 Gestão de resíduos sólidos

Dentre os principais problemas diagnosticados na área ambiental do Município de Ibitinga, cumpre destacar a pauta da gestão dos resíduos sólidos, conforme descrito nos tópicos a seguir.

- **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) define um conjunto de definições e diretrizes a serem seguidas, como por exemplo, a obrigatoriedade de elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Estes instrumentos representam a base para a gestão dos resíduos, sendo que o Artigo 19 da referida lei estabelece o conteúdo mínimo que deve ser apresentado nos Planos.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Ibitinga foi instituído pela Lei nº 4.139/2015 e está inserido dentro do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado em 2012, nos itens: 3.4 (Diagnóstico Operacional de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos); 5.3 (Intervenções na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos); 6.1.2.3 (Coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos) e 6.1.3.3 (Lixo).

Em Ibitinga o PMGIRS é superficial, não cumpre com os requisitos mínimos estabelecidos pela legislação vigente e, conseqüentemente, não permite o embasamento adequado da gestão nesta área. Nesse contexto, podem ser observado impactos negativos, como as dificuldades para o cumprimento do Artigo 9 da Lei nº 12.305/2010 que estabelece “na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

Sugestão para solucionar o problema: será necessário realizar uma atualização do PMGIRS de Ibitinga. Esse processo deve ser participativo, realizado de forma integrada pela população, por todos os setores da Prefeitura Municipal e particulares que são responsáveis pelos resíduos gerados, como: serviços de saúde, indústrias, caçambeiros, entre outros. O plano deve ser um reflexo da realidade local. Sugere-se que seja discutida a possibilidade de

articulação intermunicipal visto que podem ser desenvolvidos Planos Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Portanto, a execução do Plano Intermunicipal pode ser um primeiro instrumento orientador para modelos consorciados na gestão dos resíduos.

- **Encerramento de Aterro Sanitário**

Conforme definido no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº 4.139/2015, o município utilizou Aterro Sanitário em Camadas até 2011, quando o mesmo deixou de ser empregado para a disposição final destes materiais.

Durante o contato com os processos de Ibitinga na CETESB foi possível constatar que houve a elaboração de um projeto pela empresa de Araraquara SANEAMENTO.COM para o encerramento do aterro sanitário, entretanto, este projeto não foi implementado.

Portanto, não houve o processo de encerramento adequado do antigo aterro sanitário o que exige da presente administração definir as providências necessárias para a retomada do processo.

Sugestão para solucionar o problema: Primeiramente, o projeto deverá ser analisado para avaliar a necessidade de atualização/adequações; Em seguida, o processo seguirá o trâmite burocrático junto aos órgãos ambientais para obter novas autorizações com base em uma justificativa e um novo cronograma de execução; Complementarmente, será preciso avaliar as contratações/compras para a execução do encerramento, ressaltando a questão financeira que será envolvida nesse tipo de serviço de engenharia.

- **Coleta, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos urbanos**

Ibitinga coleta cerca de 1.400 toneladas/mês de resíduos sólidos urbanos. Essa coleta ocorre de forma manual e é realizada pela empresa terceirizada Sanepav Saneamento Ambiental Ltda, na zona urbana, enquanto que na zona rural é realizada pela própria Prefeitura Municipal. Para realizar a coleta domiciliar na zona urbana, a empresa terceirizada dispõe de equipes com 01 motorista e 03 coletores, 02 caminhões compactadores de 15m³ e mais uma equipe de apoio com 01 motorista e 01 coletor, operando 01 veículo utilitário.

Já na zona rural, a Prefeitura Municipal realiza a coleta com 01 motorista e 02 coletores, operando um caminhão próprio de 6m³. Atualmente, os resíduos coletados são destinados para uma área de transbordo no antigo Aterro Sanitário, localizada a uma distância aproximada de 6 km do centro geográfico do município. Posteriormente, da área de transbordo, os resíduos sólidos são encaminhados para aterro sanitário em Catanduva.

O Contrato nº 57/2016 com CGR Catanduva - Centro de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Ltda. apresenta período de vigência entre 01/06/2016 - 31/05/2017. O valor pago pela destinação final por tonelada de resíduo é de R\$125,00. Considerando a geração no mês de Março de 2017, foram destinadas ao aterro 1.202,59 toneladas de resíduos, totalizando um custo de R\$150.323,75.

A disposição final dos resíduos sólidos urbanos ocorre adequadamente em um aterro sanitário devidamente licenciado. Entretanto, antes da chegada dos resíduos ao aterro sanitário de Catanduva os mesmos são depositados temporariamente em uma Estação de Transbordo que apresenta uma situação extremamente caótica, conforme ilustrado pelas fotos abaixo, obtidas durante visita técnica realizada no dia 10 de Janeiro de 2017 a partir das 16h50.

Cabe destacar que a análise no local foi guiada pelo funcionário dos Serviços Públicos que atua no local, o Sr. Geraldo Fernandes da Silva, sendo responsável por controlar a portaria e realizar a limpeza do entorno. O funcionário relatou as dificuldades que encontra para exercer suas funções, tendo em vista o convívio com as pessoas que realizam a triagem de recicláveis. Foi possível identificar as limitações do funcionário visto que o mesmo já possui idade avançada e controla sozinho toda a operação. Segundo o funcionário esta situação de desorganização começou com a interrupção dos trabalhos da cooperativa que funcionou no aterro acima do transbordo até 5 anos atrás.

O local, como pode ser visto pelas fotos de 02 a 08 apresenta inúmeros problemas físicos como muretas de contenção na parte superior quebradas, buracos no piso tanto na plataforma superior onde é descarregado o lixo que vem da cidade quanto na parte inferior onde ele é transferido para a carreta que leva para cidade de Catanduva. Também foram encontradas quebradas e entupidas todas as canaletas e canos de condução do chorume da parte superior para a caixa de contenção na parte inferior, assim como todas as canaletas da parte inferior também estavam entupidas com lixo compactado que necessitou de ferramentas pesadas para sua retirada como enxadão, pá reta e picareta. A caixa de contenção de chorume estava totalmente cheia com duas tampas quebradas, e com muito lixo como podemos ver na foto 08 onde a caixa de chorume está abaixo do monte de lixo a esquerda e ao fundo da foto.

Além disso, o transbordo não possui nenhum tipo de controle depois das 17h, aos sábados, domingos e feriados. Dessa forma, durante esses períodos, diversas pessoas utilizam o local para descarte de resíduos que não estão autorizados a serem depositados nessa área.

Figura 2 - Área da entrada no transbordo municipal



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 3 - Grades cortadas no transbordo municipal



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 4 - Buracos na estrutura asfáltica



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 5 - Enorme quantidade de resíduos acumulados no local



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 6 - Guias quebradas no local de operação do transbordo



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 7 - Resíduos fora da área destinada ao recebimento



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 8 - Presença de animais e transbordamento de lixo nas laterais



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Diante do acúmulo de resíduos na área do transbordo é possível identificar também falhas na operação executada pelas empresas contratadas. Verificou-se que, em determinados momentos, ocorrem erros tanto por parte da empresa responsável pela coleta dos resíduos na área urbana, como também da empresa que retira estes materiais do transbordo e realiza o transporte até Catanduva. Erros como acúmulo e transbordamento de lixo nas laterais das plataformas do transbordo como podemos observar nas fotos 5 a 8.

Nesse sentido, na semana do dia 18 de Abril, a empresa que executa a retirada dos resíduos do transbordo teve um problema com uma máquina pá-carregadeira e deixou os materiais que deveriam ser transportados para o aterro sanitário naquele dia acumulados no local. Em seguida, a empresa que realiza a coleta na cidade ao finalizar o roteiro noturno se dirigiu até o transbordo e o encontrou carregado de resíduos, para continuar o seu serviço à empresa descartou todo o resíduo coletado em área inadequada, fora da superfície que pode receber estes materiais. Segundo o funcionário Geraldo é um problema que ocorre todas vezes que por algum motivo a retro e pá carregadeira tem algum problema mecânico. Portanto, existem problemas de operação que exigem a fiscalização ativa dos contratos firmados.

Além das questões estruturais, um dos problemas mais graves do local consiste na atuação e presença constante de pessoas que realizam a triagem dos resíduos, como pode ser

constatado pela existência de uma enorme quantidade de “bags” com materiais recicláveis separados.

O município não possui um programa estabelecido de coleta seletiva. Há uma cooperativa formalizada em termos de CNPJ, a Cooperativa União dos Manipuladores de Resíduos e Materiais Recicláveis de Ibitinga, porém sem atuação. Além da ação de catadores individuais que realizam a coleta em determinados pontos do município, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social, há aproximadamente 45 famílias realizando a triagem de recicláveis no transbordo municipal.

Essas pessoas, em situação de extrema vulnerabilidade social, realizam a separação do lixo *in natura*, em condições insalubres, com frequência constante no local, sendo que em alguns horários ocorrem “picos” na execução das atividades, podem ser destacados: 09-13h (no período diurno); 18-23h (no período noturno). Segundo o senhor Geraldo, e os recicladores que ali retiram seu sustento são entorno de 40 pessoas que operam no transbordo. Muitas das pessoas que frequentam o local tem problemas com drogas, doenças mentais, assim como alguns são apenas desempregados buscando uma fonte de renda. Muitos apresentam dificuldade de relacionamento tendo em algumas oportunidades comportamento agressivo e com a justiça (ex-presidiários).

As fotos a seguir complementam a ilustração sobre o panorama vivenciado por esse grupo de pessoas que atuam no local.

Figura 9 - Presença de pessoas no transbordo



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 10 - Acúmulo de "Bags"/Sacolas com resíduos triados



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 11 - Presença de cachorros



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 12 - Espécie de “churrasqueira” presente no local



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Sugestão para solucionar o problema: O Transbordo Municipal deve cumprir com todas as exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais, portanto, é necessário:

- Refazer toda a infraestrutura (grades, guias, canaletas, caixa de retenção de chorume);
- Definir controle constante do fluxo de entrada e saída, com segurança no local. É preciso reforçar a presença do Poder Público no local. O funcionário, Sr. Geraldo Fernandes da Silva, não é capaz de controlar todo o sistema;
- Finalizar as atividades de triagem no local, com retirada das pessoas destas condições de operação;
- Manter cobrança e fiscalização quanto aos contratos com as empresas para que as mesmas realizem as operações adequadamente.

Cabe ressaltar que todas essas sugestões para a melhoria das condições do transbordo estão intrinsecamente vinculadas com o próximo item apresentado, ou seja, com a capacidade do município oferecer uma alternativa de trabalho e renda as pessoas que atualmente trabalham com o lixo.

- **Central de Triagem de Resíduos Recicláveis**

Há um galpão para triagem de recicláveis que teve um funcionamento efetivo em anos passados quando existia um apoio constante da Prefeitura Municipal na organização das atividades. Porém, com o distanciamento do setor público e a falta de empoderamento dos indivíduos que atuavam na Cooperativa, uma série de fatores ocasionou o sucateamento.

Atualmente um casal vive irregularmente nessa área em condições precárias, com falta de energia, presença de animais peçonhentos e vetores de doenças: a Sra. Aparecida de Fátima Pinto e o Sr. Carlos Calixto da Silva. Eles foram entrevistados no dia 10 de Janeiro, relatando que: a degradação da Central de Triagem teve início com uma chuva forte que derrubou a cobertura do galpão em cima da esteira de triagem a entorno de 5 anos atrás. A falta de apoio para consertar o local e os problemas entre os membros da Cooperativa foram se perpetuando, de forma que, a situação atual é de abandono e necessidade de retomar todo o projeto do início.

O local onde funcionou a cooperativa estava abandonado com muito lixo acumulado e por toda área, carros abandonados, mato alto, instalações abandonadas e muito sujas (galpões, salas, banheiros, escritório). Os equipamentos da cooperativa como as pressas usadas para compactar plásticos e metais estavam quebradas, e apenas uma que estava funcionando precariamente estava sem óleo hidráulico o qual foi solicitado pelo senhor Carlos dizendo que a prefeitura fornecia em alguns momentos, sendo que muitas vezes fornecia óleo de motor vencido que era retirado de veículos da prefeitura. Também estava quebrada a esteira de separação de lixo (fotos de 13 a 25).

Foi possível observar que o Sr. Carlos constitui uma das lideranças locais, entretanto, o mesmo apresenta um comportamento agressivo o que fomenta ainda mais os conflitos recorrentes entre as pessoas que trabalham com os resíduos. Diante desse cenário, cumpre destacar que, no dia 17 de Abril de 2017, por volta das 20h55, houve uma discussão entre o Sr. Carlos e outro trabalhador, o Sr. Anselmo, que gerou disparos de arma de fogo, sem feridos, e registrado na forma de Boletim de Ocorrência tal fato. Portanto, constata-se um grande desafio em desenvolver um projeto com esse público que está em situação de extrema vulnerabilidade social.

As fotos abaixo ilustram as instalações da Central de Triagem de Recicláveis.

Figura 13 - Entrada da Central



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 14 - Estrutura danificada do portão de entrada



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 15 - Área no entorno do Galpão



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 16 - Vista lateral da entrada da Central e da casa que atualmente é ocupada por uma família



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 17 - Entrada do galpão



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 18 - Área que era utilizada como armário pelos Cooperados



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 19 - Vista da área interna do galpão



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 20 - Estrutura dos vestiários



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 21 - Antigos vestiários da Cooperativa



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 22 - Área ocupada por família



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

O galpão de triagem apresenta 01 esteira de triagem quebrada, segundo o orçamento realizado pelo mecânico Sr. Carlinhos, que foi responsável pela manutenção do equipamento durante os anos de funcionamento, o conserto é inviável em termos financeiros, aproximadamente R\$250.000,00. De acordo com as informações obtidas pelo mecânico, a esteira permanecia constantemente com problemas devido ao tipo de material triado, principalmente, pela presença de uma grande quantidade de resíduo têxtil.

Ainda sobre os equipamentos no galpão, foi possível identificar a presença de: 01 balança, que também se encontra quebrada; e 02 prensas, 01 prensa para alumínio, que não funciona devido a retirada de seu motor e 01 prensa para papelão e papel, que não estava em funcionamento devido a falta de óleo. Foi observado e relatado pelos senhores Geraldo e Carlos que muita fiação e cabeamento da parte elétrica, assim como chaves de acionamento e até alguns motores de acionamento de alguns equipamentos foram roubados ao longo dos anos de abandono.

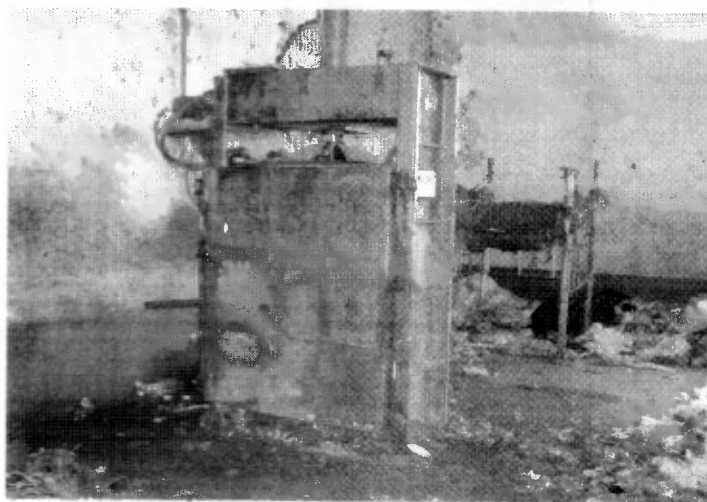
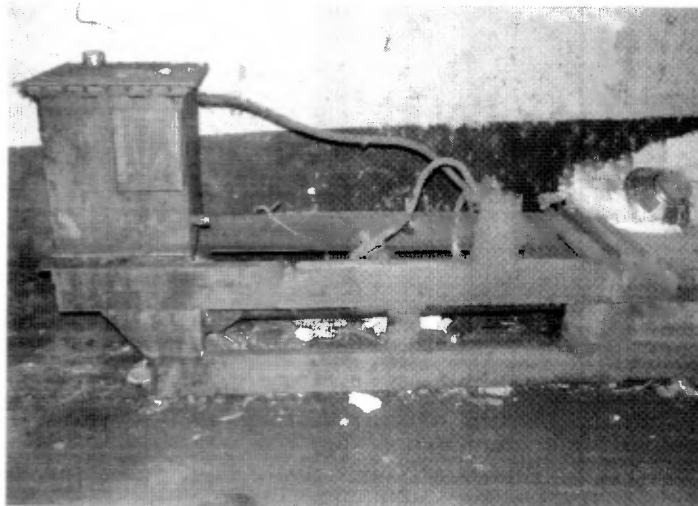
As imagens a seguir ilustram a situação dos equipamentos da central de triagem de recicláveis.

Figura 23 - Esteira de triagem



Fonte: Fotos de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 24 - Prensas



Fonte: Fotos de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 25 - Balança



Fonte: Fotos de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Além de todos os problemas estruturais, outro entrave diagnosticado consiste na baixa qualidade e viabilidade de venda dos materiais segregados, sendo que o valor agregado dos recicláveis é muito baixo visto que a triagem dos mesmos é proveniente do lixo *in natura* porque não existe coleta seletiva implementada no município. Esse fator é um dos responsáveis pelo acúmulo de “bags” com materiais no local. Durante os meses de Março e Abril entramos em contato com diversas empresas que realizam a compra destes materiais para tentar fomentar a venda, porém, o problema da baixa qualidade do material foi ressaltado por diversas vezes.

No contexto da coleta seletiva, a Prefeitura Municipal dispõe de um caminhão da Marca IVECO, modelo VERTIS 130V19 e carroceria carga seca, com grade para coleta seletiva, dimensões aproximadas de 6.500 x 2.500 x 460 mm e gaiola em metal para separação do lixo com quatro divisões pintadas em cores diferentes para papel, plástico, metal e vidro.

O caminhão foi adquirido, em 2014, para a coleta seletiva mediante convênio (Processo nº01/00321/13/FECOP) com o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP), entretanto, devido à falta de um projeto para o sistema de coleta seletiva esse caminhão nunca foi utilizado, permanece parado no Almojarifado Municipal o que ocasionou o comprometimento da bateria do equipamento, assim como de outras partes segundo funcionários da oficina da prefeitura.

Figura 26 - Caminhão para a coleta seletiva



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Figura 27 – Recipientes/Lixeiras para a coleta seletiva



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Soluções ao problema: A ausência de uma cooperativa atuante e um programa de coleta seletiva em Ibitinga inviabiliza o município de atender as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, a falta de alternativa de geração de renda relacionada com o gerenciamento dos resíduos para um público com dificuldade de inserção profissional potencializa os conflitos na área de transbordo.

Portanto, torna-se necessário:

- Reativar a Cooperativa de Materiais Recicláveis - com foco no empoderamento dos membros e a necessidade de gerar uma liderança forte no local;
- Reestruturar a Central de Triagem;
- Desenvolver e elaborar Projeto de Coleta Seletiva Municipal;
- Verificar a possibilidade de contratação dos cooperados na prestação do serviço de coleta seletiva.

• **ECOPONTO**

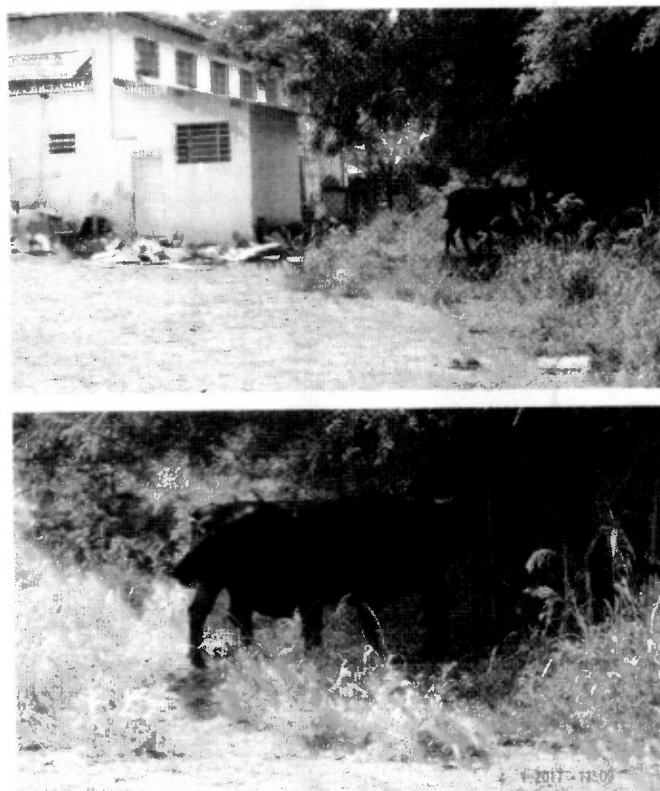
Ibitinga possui um único ECOPONTO para receber pneus e também resíduos eletroeletrônicos, localizado na estrutura do antigo frigorífico do município, na área do Almoxarifado. Desse modo, o primeiro entrave está na parte estrutural visto que não houve nenhuma modificação no prédio para receber o serviço de armazenamento de resíduos, assim, permanecem parte dos equipamentos que eram utilizados para o abate dos animais o que ocupa grande parte do espaço disponível e não confere um modelo adequado ao local. Cabe aqui ressaltar que muitos equipamentos que deveriam estar no local como parte do antigo frigorífico

como serras, motores, compressores, pistola hidráulica entre outros não estavam. Segundo um funcionário que trabalhava no frigorífico e coordenava o local o senhor Pedrinho, estes materiais teriam sido levados em parte para o frigorífico Dom Glutão, mas não soube precisar quais. Nos informou também que o Secretário de Agricultura Francisco Grillo Junior na época do governo Marco da Fonseca teria feito um documento cedendo estes materiais ao Dom Glutão como parte do contrato que foi celebrado entre a prefeitura e o frigorífico logo após encerramento das atividades do abatedouro municipal. Segundo o ex- secretário Francisco não feito nenhum procedimento neste sentido. Procurado o responsável pelo frigorífico o senhor Felipe Schefer Corte também informou desconhecer qualquer procedimento neste sentido.

Em segundo lugar, a área destinada ao ECOPONTO precisa de uma manutenção constante em termos de limpeza, roçagem visto que este deve ser um local que a população possa frequentar para descarte adequado de seus resíduos. Porém, constatou-se um local “abandonado”, sem os devidos cuidados de manutenção e com um agravante que consiste na presença de dois animais (uma vaca e um boi) que permanecem presos dentro dessa área.

As fotos a seguir ilustram esse cenário e foram tiradas durante a visita realizada no dia 04 de Janeiro de 2017.

Figura 28 - Entrada do Ecoporto com a presença de animais



Fonte: Fotos de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Dando continuidade aos problemas do ECOPONTO, foi possível identificar a ausência de um controle estabelecido quanto à entrada e saída dos resíduos: não há nenhum tipo de planilha/declaração que demonstre a quantidade de material e quem foi o responsável pelo descarte; e não há um manual de orientação que defina quais os tipos de resíduos que podem ser descartados no local e quais os horários de funcionamento.

O funcionário responsável é o Sr. Valdevino Alves dos Serviços Públicos que era concursado na função de inspetor de alunos, mas devido a uma doença ficou afastado e foi reinserido no trabalho para controlar o ECOPONTO. O próprio funcionário relatou que *“as pessoas jogam lixo por cima do portão quando ele está fechado”*. Até mesmo pela própria idade do funcionário, constatou-se a dificuldade de que o mesmo exerça adequadamente uma função de controle efetivo no local.

Figura 29 – Sala de trabalho na entrada do Eco ponto



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Figura 30 - Materiais descartados incorretamente na entrada do Ecoponto



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

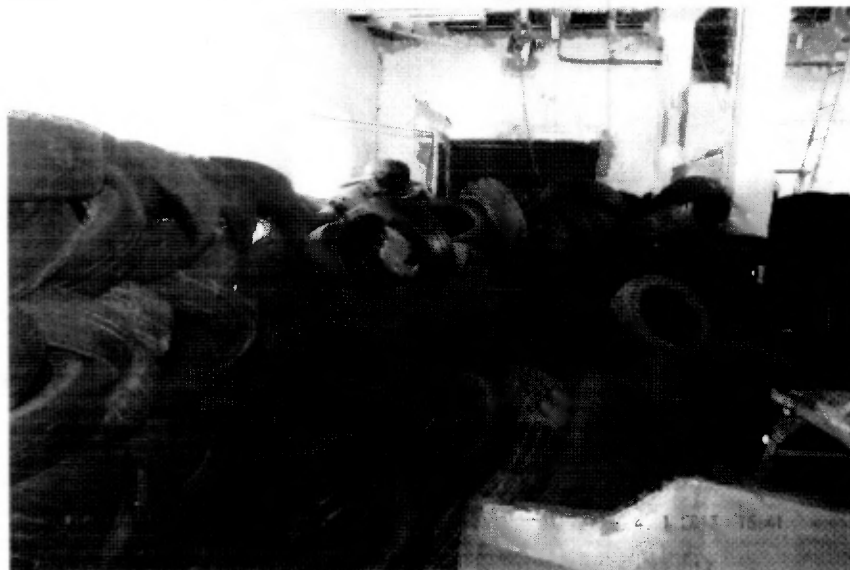
Quanto aos espaços destinados ao armazenamento dos resíduos de pneus e eletroeletrônicos verificou-se um acúmulo destes materiais de forma extremamente desorganizada: os pneus grandes e pequenos não estavam com uma carga arrumada dentro da sala e os eletroeletrônicos foram dispostos de maneira totalmente aleatória e sem controle.

A Prefeitura oferece um serviço, porém não controla o funcionamento adequado do mesmo e não possui equipe para executá-lo com efetividade. Nesse sentido, apesar de existir um convênio com a Reciclanip para a destinação final dos pneus, a Prefeitura não possui uma equipe formada que realize o carregamento dos caminhões para que a empresa possa levar os pneus, sendo constante o conflito para definir quais funcionários serão responsáveis por realizar essa atividade.

Da mesma forma, no caso dos eletroeletrônicos, foi definido um local para recebimento e um convênio com a empresa LED Reciclagem de Mococa para a destinação desses materiais, porém, nunca houve o envio por parte de Ibitinga. Não ocorreu um controle quanto aos tipos de resíduos que poderiam ser destinados no ECOPONTO, assim, há um acúmulo de materiais, como por exemplo: lâmpadas e televisores em formato de “tubo” que o convênio recebe.

As imagens abaixo demonstram o armazenamento dos resíduos no local.

Figura 31 - Pneus descartados no ECOPONTO (estrutura interna do matadouro)



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Figura 32- Desorganização no armazenamento dos resíduos eletroeletrônicos



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Soluções ao problema: - Reorganizar a estrutura do prédio para que a mesma seja adequada ao serviço oferecido, verificando inclusive a possibilidade de transferir o ECOPONTO para outra área;

- Retirar os animais do local;
- Definir rotina e equipe responsável pela destinação dos resíduos;
- Definir procedimento de controle no local - ver a possibilidade de trocar de funcionário;
- Destinar os resíduos eletroeletrônicos acumulados;
- Educação ambiental e divulgação do serviço à população.

- **Gestão de outras categorias de resíduos sólidos**

Para além dos resíduos sólidos urbanos, foi possível constatar problemas quanto ao gerenciamento de outras categorias de resíduos, como por exemplo: resíduos de serviços de saúde; resíduos da construção civil; resíduos de arborização urbana e resíduos industriais (com destaque para o resíduo da indústria têxtil).

Figura 33 - Queima de resíduos de arborização urbana em área próxima ao transbordo municipal



Fonte: Fotos de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 34 - Destinação de animais de pequeno porte mortos no transbordo municipal



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Figura 35 - Resíduos de Construção Civil descartados na área do Almoarifado Municipal



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 10 de Janeiro de 2017.

Soluções ao problema: - Novamente cabe destacar a importância de revisão do PMGIRS para adequar esse cenário, sendo necessário estabelecer procedimentos que enfatizem a responsabilidade dos geradores pela destinação dos resíduos;

- Ações que direcionem a coleta e destinação adequada de resíduos como: lâmpadas, pilhas e baterias; óleo.

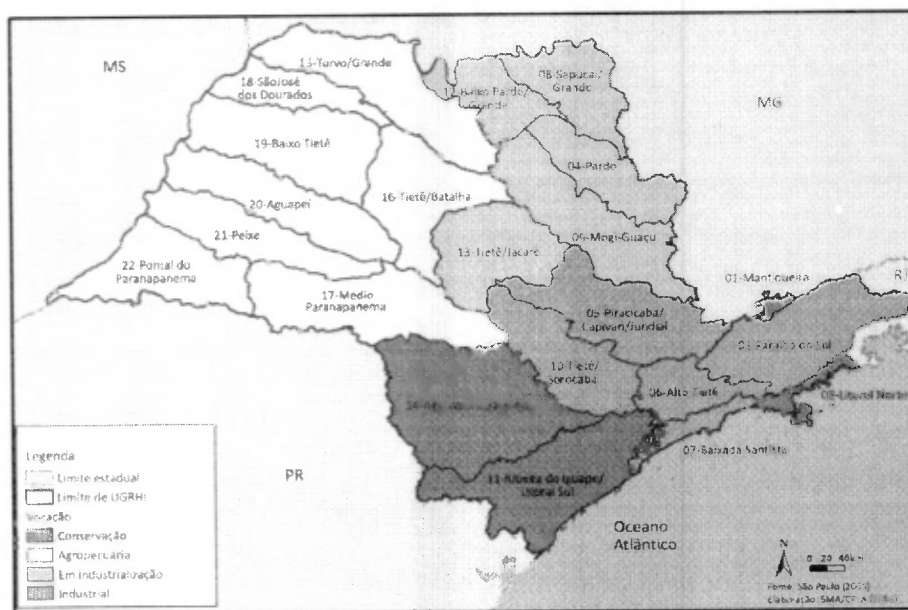
- Educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos.

3.1.3 Gestão de recursos hídricos e Área de Preservação Ambiental

Ibitinga insere-se na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI 13, CBH-Tietê-Jacaré, a qual é composta por 34 municípios, a saber: Agudos, Araraquara, Arealva, Areiópolis, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Boracéia, Borebi, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Gavião Peixoto, Jacanga, Ibaté, Ibitinga, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí, Itirapina, Jaú, Lençóis Paulista, Macatuba, Mineiros do Tietê, Nova Europa, Pederneiras, Ribeirão Bonito, São Carlos, São Manuel, Tabatinga, Torrinha e Trabiju.

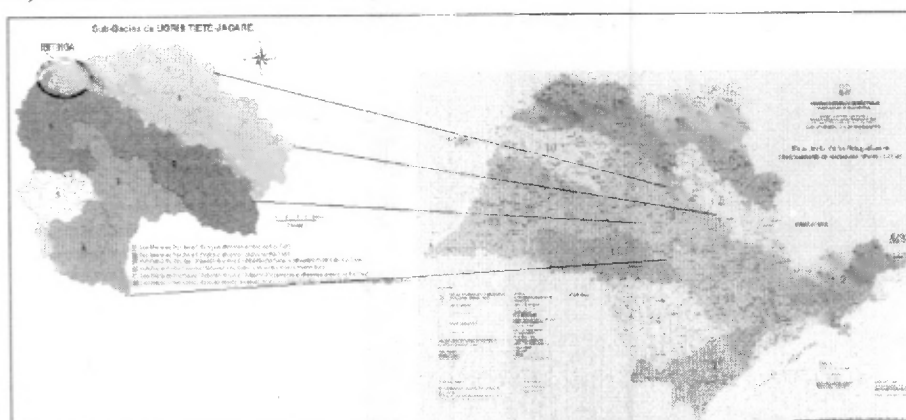
Dentro da UGRHI 13, Ibitinga faz parte da Sub-bacia do Rio Jacaré-Guaçu e afluentes diretos do Rio Tietê. Os Mapas expostos a seguir ilustram essas informações hídricas.

Mapa 1 - Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e suas vocações econômicas



Fonte: São Paulo (2014).

Mapa 2 - Localização das sub-bacias na UGRH 13



O município possui abundante rede fluvial, como o rio São Lourenço, Ribeirão dos Porcos e o Rio Jacaré Pepira, tributários do rio Tietê. Cortando o município no sentido leste/oeste corre o Rio Jacaré-Guaçu que também deságua no rio Tietê. A sede do município é banhada pelos córregos Água Quente, Capim Fino, Taquara do Reino, Saltinho e São Joaquim. Cabe destaque também para a quantidade de nascentes, cerca de 400.

É importante enfatizar que o município se constitui em uma Área de Proteção Ambiental - APA, que foi criada pela Lei Estadual nº 5.536, de 20 de janeiro de 1987, com o objetivo de proteger as várzeas formadas pelos rios Jacaré-Pepira e Jacaré-Guaçu, abrangendo uma área de 64.900 ha. A APA da Estância Turística de Ibitinga é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (Área protegida que permite o uso sustentável dos recursos naturais conforme estabelecido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC, Lei nº9.985 de 18 de julho de 2000), sendo que o órgão Gestor é a Fundação Florestal.

Nessas áreas alagadas, a primeira conhecida como "Pantaninho" (várzea do rio Jacaré-Pepira) e a segunda conhecida como "Varjão" (várzea do Rio Jacaré-Guaçu), ocorrem importantes remanescentes de vegetação e fauna a ela associada, como por exemplo: tamanduá-mirim, veado campeiro, lobo guará, onça parda, além de diversas espécies de aves e peixes. A APA Ibitinga também é marcada pela diversidade de formações florestais, como: a Floresta Estacional Semidecidual (que fica parcialmente desfolhada na época seca do ano), Floresta de Brejo/Paludosa (permanentemente inundada), mata ciliar e manchas de Cerrado.

Durante o diagnóstico, em diálogo com a própria gestora da Fundação Florestal responsável pela APA Ibitinga, que há uma demanda por maior divulgação e geração de conhecimento quanto ao significado da APA visto que toda a população deve compreender os atributos que fazem do município uma Unidade de Conservação. Além disso, há uma oportunidade de maior divulgação para o público externo, como por exemplo, os turistas. Observa-se uma grande oportunidade de utilizar essa categorização do município dentro dos processos de educação ambiental formal e não-formal.

É fundamental a compreensão quanto à importância desses remanescentes de vegetação natural, quase extintos no Estado de São Paulo, como as várzeas naturais, as florestas paludosas e a mata atlântica do interior. Dessa forma, essas informações devem orientar permanentemente as estratégias fomentadas pelo Poder Público, no âmbito de todas as suas Secretarias, para que os projetos possam ser efetivamente pautados na sustentabilidade.

Para tanto, são necessárias ações de levantamento e restauração de áreas degradadas, com enfoque na proteção das nascentes e das Áreas de Preservação Permanente. Além disso, o município não possui um projeto de coleta de óleo implementado e quanto ao esgoto à cidade

conta apenas com sistema de coleta, afastamento e lançamento *in natura* nos córregos que circundam a cidade. O município firmou um o Convênio 0001/13 e Processo nº 254/13 com Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e o Departamento de Águas e Energia Elétrica no âmbito do Programa Água Limpa.

Esse convênio tem como objetivo as obras de afastamento e tratamento de esgoto sanitário do município mediante a construção de Canteiro Geral, Emissário, Estação Elevatória de Esgoto (2), Linha de Recalque (2), Estação de Tratamento de Esgotos e Coletores Tronco (6), possibilitando a retirada estimada de 94 toneladas por mês de carga orgânica que é lançada atualmente "in natura" no Ribeirão Jacaré/Guaçu, revitalizando a Bacia Hidrográfica do Rio Tietê.

As obras de construção da ETE estão em fase final, com previsão de entrega em Agosto de 2017, sendo essa iniciativa de fundamental importância para o avanço da gestão ambiental e da qualidade de vida em Ibitinga. Portanto, a gestão das águas depende essencialmente da melhoria quanto as iniciativas de saneamento básico e proteção da biodiversidade.

Complementarmente, diante da importância do planejamento, verificou-se uma baixa participação do município em importantes instâncias tomadoras de decisão quanto ao contexto de gestão dos recursos hídricos. Assim, cabe destacar a baixa representatividade nas Câmaras Técnicas do Comitê da Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré que está relacionada com amplas oportunidades no pleito dos recursos do FEHIDRO e da Cobrança pelo uso da Água.

Soluções ao problema: - Participação ativa em todas as instâncias de discussão e deliberação quanto aos recursos hídricos (Câmaras Técnicas, Consórcio Tietê-Paraná, reuniões da bacia – ex: Plano de educação ambiental do Tietê-Jacaré, entre outros);

- Mapeamento das áreas que demandam restauração florestal e implementação de projetos, com foco nas nascentes;

- Educação ambiental com foco no uso racional da água e preservação dos padrões de qualidade;

- Finalização das obras da Estação de Tratamento de Esgoto;

- Ações, em conjunto com a Fundação Florestal, para a divulgação e manutenção dos atributos da APA Ibitinga.

3.1.4 Arborização urbana

A Lei nº 3.263/2009 dispõe sobre o Plano Municipal de Arborização Urbana de Ibitinga, estabelecendo que os serviços de arborização urbana constituem-se de: planejamento, produção de mudas, plantio, poda, substituição e erradicação.

- **Planejamento, produção de mudas e plantio**

Nos relatórios recuperados do Programa Município VerdeAzul 2016 foi encontrado um documento intitulado como “Plano Municipal de Arborização Urbana e Paisagismo de Ibitinga” para os anos de 2016-2021. Entretanto, este documento não foi formalizado por uma legislação e não foi encontrado em nenhum outro arquivo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

No Plano em questão é apresentado um inventário arbóreo do município, com tabelas que demonstram a quantidade de árvores em cada bairro de Ibitinga. Porém, não há nenhuma base de dados georreferenciada que ilustre essas informações ou permita o acompanhamento das mesmas. Portanto, o diagnóstico permitiu constatar a demanda por um inventário que seja utilizado como base para um efetivo planejamento do espaço urbano.

Para viabilizar as ações de produção e plantio Ibitinga possui um viveiro municipal localizado na área do Almojarifado. As mudas disponíveis no local são provenientes da produção realizada a partir da coleta de sementes na região e também de doações, com destaque para a parceria com a AES Tietê que, normalmente, disponibiliza cerca de 5.000 mudas anuais variadas.

São 5 funcionários que trabalham no viveiro:

- Donizete Benedito Batista: foi admitido em 1991 na função de dispensador para o Frigorífico. Segundo relatado, com a finalização das atividades do Matadouro, ele assinou acordo trabalhista para mudança de função e hoje atua no viveiro.

- José da Cruz Carminatti: trabalhava na função de lombador do Frigorífico. Segundo relatado, com a finalização das atividades do Matadouro, ele assinou acordo trabalhista para mudança de função e hoje atua no viveiro.

- Valdecir Aparecido Macario: trabalhava na função de lombador do Frigorífico. Segundo relatado, não assinou acordo trabalhista para mudança de função porque estava afastado (INSS) durante a época da negociação.

- Evilazio de Freitas: também trabalhava na função de lombador. Não assinou acordo trabalhista para mudança de função e não quer continuar no viveiro municipal, pois deseja voltar a ser lombador ou realizar um trabalho no período noturno.

- Mário Donizete Garcia: funcionário em cargo de comissão, está há 04 anos como *Chefe da Patrulha Agrícola* - é o único do viveiro que assina o livro ponto. Segundo informações obtidos, foi o responsável por organizar as atividades do viveiro por ser o único com experiência na área de plantio visto que os demais eram funcionários do matadouro municipal.

O local encontra-se relativamente organizado porque possui uma estrutura básica para seu adequado funcionamento, porém, apresenta potencial para melhorias visto que a área poderia ser utilizada para atividades de educação ambiental. Desse modo, parte das espécies disponíveis não está identificada, já as demais placas utilizadas poderiam ser mais atrativas. Além disso, há o problema de localização do viveiro que, por estar dentro do contexto de funcionamento do Almojarifado, dificultando o fluxo de estudantes.

As fotos abaixo ilustram a organização do Viveiro Municipal.

Figura 36 - Estrutura de acesso ao viveiro



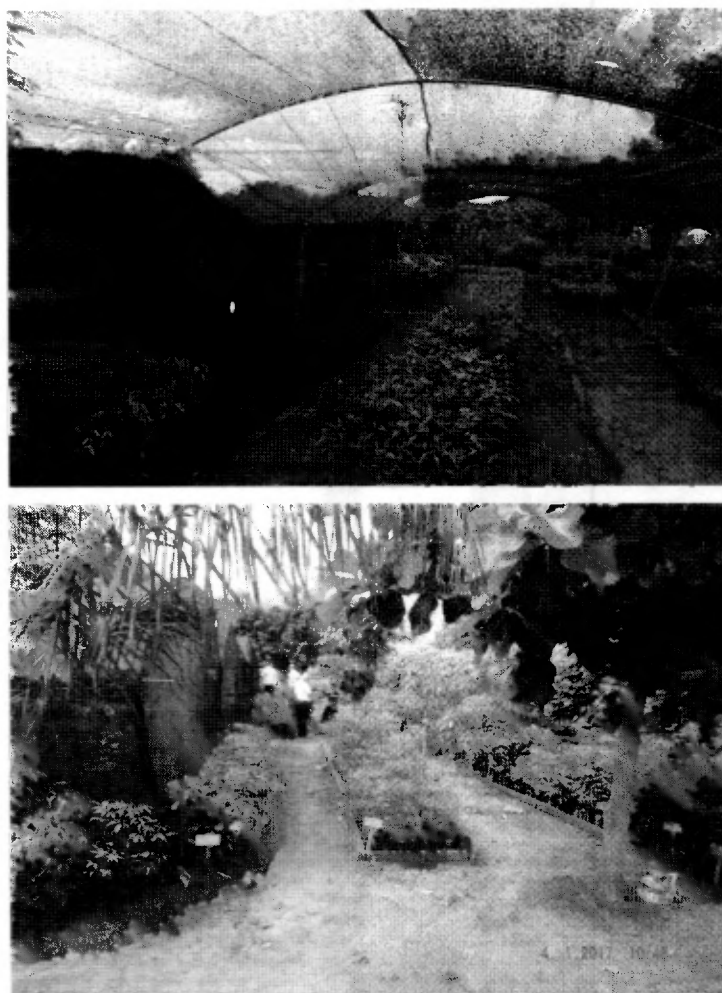
Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Figura 37- Área de entrada do viveiro



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

Figura 38 - Organização do viveiro



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017

Figura 39- Modelo de identificação das espécies



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017

A relação a seguir representa as espécies atualmente disponíveis no Viveiro Municipal.

Nome Científico	Nome Popular
<i>Gossypium</i>	Algodoeiro
<i>Anadenanthera colubrina</i>	Angico Branco
<i>Anadenanthera macrocarpa</i>	Angico Vermelho
<i>Psidium myrtilodes</i>	Araça Roxa
<i>Cordia superba</i>	Babosa Branca
<i>Myrocarpus frondosus</i>	Cabreúva
<i>Spondias dulcis</i>	Caja-manga
<i>Muntingia calabura</i>	Calabura
<i>Cassia ferruginea</i>	Canafístula
<i>Croton floribundus</i>	Capibingui
<i>Ouratea semisserrata</i>	Castanheira
<i>Cedrela fissilis</i>	Cedro Rosa
<i>Bixa orellana</i>	Colorau ou Urucun
<i>Pocilanthe parviflora</i>	Coração de Negro
<i>Digitalis purpurea</i>	Dedadeira
<i>Casearia gossypiosperma</i>	Espeteiro
<i>Apuleia leiocarpa</i>	Garapa
<i>Esenbeckia leiocarpa</i>	Guarantã
<i>Astronium graveolens</i>	Guarita do Cerrado
<i>Parapiptadenia rigida</i>	Gurucaia
<i>Inga vera</i>	Inga-Quatro-Quinas
<i>Tabebuia dura</i>	Ipê Branco do Brejo
<i>Jacaranda cuspidifolia</i>	Jacarandá
<i>Machaerium floridum</i>	Jacarandá
<i>Jacaratia spinosa</i>	Jaracatiá
<i>Hymenaea courbaril</i>	Jatobá
<i>Genipa americana</i>	Jenipapo
<i>Cariniana estrellensis</i>	Jequitibá Branco
<i>Cariniana rubra</i>	Jequitiba Vermelho
<i>Syzygium cumnii</i>	João Bolão
<i>Dendropanax cuneatum</i>	Maria Mole
<i>Guapira nitida</i>	Maria Mole
<i>Dilodendrom bipinnatum</i>	Maria Pobre
<i>Lafoensia glyptocarpa</i>	Mirindiba-Rosa
<i>Swietenia macrophylla</i>	Mogno
<i>Senegalia polyphylla</i>	Monjoleiro
<i>Caryota urens</i>	Mulambo (Palmeira Rabo-de-Peixe)
<i>Byrsonima crassifolia</i>	Murici
<i>Guazuma ulmifolia</i>	Mutamba
<i>Copaifera langsdorffii</i>	Óleo de Copaíba
<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira
<i>Dicypellium caryophyllaceum</i>	Pau Cravo
<i>Gallesia integrifolia</i>	Pau d'alho
<i>Machaerium aculeatum</i>	Pau de Angu
<i>Machaerium angustifolium</i>	Pau de Angu
<i>Sterculia striata</i>	Pau Rei
<i>Pterigota brasiliensis</i>	Pau Rei
<i>Tapirira guianensis</i>	Peito de Pomba
<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga
<i>Colubrina glandulosa</i>	Saguaraji Sobrasil

<i>Croton urucurana</i>	Sangra d'Água
<i>Maclura tinctoria</i>	Taiuveira
<i>Chlorophora tinctoria</i>	
<i>Maclura affinis</i>	
<i>Maclura xanthoxylon</i>	
<i>Mammea americana</i>	Abricó
<i>Amburana Cearensis</i>	Amburana
<i>Morus sp.</i>	Amora
<i>Morus nigra</i>	Amora preta
<i>Schinus terebinthifolia</i>	Aroeira Pimenteira
<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Coquinho Jerivá
<i>Delonix regia</i>	Flamboyants
<i>Handroanthus ochraceus</i>	Ipê Amarelo
<i>Handroanthus roseo-alba</i>	Ipê Branco
<i>Tecoma stans</i>	Ipê Mirim
<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	Ipê Rosa
<i>Handroanthus impetiginosus</i>	Ipê Roxo
<i>Jacaranda mimosifolia</i>	Jacarandá Mimoso
<i>Machaerium villosum</i>	Jacarandá Paulista
<i>Cariniana estrellensis</i>	Jequitibá Branco
<i>Licania tomentosa</i>	Oiti
<i>Bauhinia forficata</i>	Pata de Vaca Branca
<i>Bauhinia variegata</i>	Pata de Vaca Rosa
<i>Triplaris americana</i>	Pau Formiga
<i>Tamarindus indica</i>	Tamarindo

A partir da relação das espécies produzidas foi possível identificar a demanda por uma maior diversidade de árvores que sejam direcionadas ao plantio em áreas urbanas, especialmente nas calçadas. Complementarmente, não há um tipo de manual/cartilha que possa servir como orientação aos munícipes sobre informações referentes à arborização urbana e os próprios funcionários do viveiro precisam de uma capacitação para que possam atuar como multiplicadores desses temas.

O controle da doação de mudas e a transparência quanto ao esse serviço também são precários. Não existe uma definição sobre qual a quantidade máxima de mudas que podem ser doadas aos munícipes e um modelo de declaração que condicione essa doação ao plantio adequado.

Em uma próxima/vizinha ao viveiro foram encontradas 04 hortas cercadas que, segundo informações dos funcionários presentes durante a visita, pertencem a funcionários públicos aposentados da Prefeitura: Paraguai, Antenor Cardoso, Pedro Zanellato e Bariri. De acordo com as informações obtidas, toda essa área é de propriedade da Prefeitura, mas os particulares citados estão utilizando para a produção de hortaliças voltadas ao consumo pessoal. Destaca-se que esses espaços apresentam potencial para um futuro projeto de reorganização ou expansão do viveiro.

Figura 40 - Hortas na área vizinha ao viveiro municipal



Fonte: Foto de Moacyr Fávero, 04 de Janeiro de 2017.

- **Poda**

A lei nº 3.263/2009 define que a Prefeitura poderá autorizar pessoas físicas e jurídicas a realizar serviços de poda, corte de árvores e recolhimento de resíduos das mesmas, desde que devidamente cadastradas na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Constatou-se que a poda representa um serviço com inúmeros problemas em Ibitinga: atualmente a

Prefeitura não possui estrutura em termos de funcionários capacitados e equipamentos para a execução deste tipo de serviço e, ao mesmo tempo, não há um controle/cadastramento quanto aos terceiros que podem realizá-lo.

É fundamental definir um controle quanto à execução do serviço de poda porque os profissionais envolvidos precisam ter treinamento técnico adequado para que as árvores não sejam prejudicadas com procedimentos errados, como no caso da poda drástica. Essa fiscalização também precisa incluir as podas realizadas pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL quando a árvore está próxima da rede elétrica visto que já analisamos podas inadequadas que foram realizadas pela empresa no município.

Ainda no contexto da poda, outro problema está na ausência de um cronograma com frequências estabelecidas para a realização desse serviço nos bairros, assim, a cidade vivencia um cenário desorganizado e ineficiente no momento da retirada dos resíduos uma vez que a Secretaria de Serviços Públicos não consegue definir uma rotina de trabalho e acaba realizando atendimentos de acordo com a chegada dos pedidos. As 02 máquinas de triturar galhos da Prefeitura estão quebradas o que ocasiona o gerenciamento inadequado dos resíduos diante do acúmulo desse material volumoso que está sendo destinado em área ao lado do transbordo municipal.

- **Substituição e erradicação arbórea**

Verifica-se a partir dos protocolos que solicitam a erradicação arbórea que, no geral, ainda existe uma cultura baseada no entendimento da árvore enquanto um “problema” que provoca sujeira e danos nas calçadas. Parte dos requerimentos solicita o corte de árvores completamente sadias e, a negativa ao corte, gera descontentamentos e situações de conflito com os munícipes.

Por outro lado, existe o plantio de espécies inadequadas ao contexto da arborização urbana o que provoca um conjunto de impactos negativos, incluindo: danos estruturais, proliferação de espécies invasoras, aumento de determinadas doenças nas espécies vegetais, entre outras situações. Por conseguinte, há continuamente processos solicitando autorização para erradicação arbórea, sendo este o principal tipo de serviço requisitado pelo munícipe ao setor de Meio Ambiente.

Pode-se concluir que a falta de conhecimento técnico quanto ao planejamento da arborização urbana e de ações educativas que demonstrem os benefícios das árvores representam problemas centrais nessa área.

Soluções aos problemas:

- Organizar as atividades, assim como funcionários do viveiro;
- Desenvolver inventário/cadastro arbóreo;
- Formalizar plano de arborização urbana;
- Criar manual/guia de arborização urbana para educação ambiental;
- Organizar equipe de poda e estabelecer cronograma no município;
- Capacitar os trabalhadores envolvidos nos serviços de arborização;
- Adequar a destinação dos resíduos - local e maquinário;

3.1.5 Fortalecimento do COMDEMA

Em Ibitinga, o COMDEMA foi criado pela Lei 4123/2015 e a partir das informações obtidas com o diagnóstico foi possível observar que esse Conselho não apresenta grande participação nas discussões sobre a gestão ambiental do município. Além disso, há uma desorganização no processo de armazenar as atas e materiais relacionados com o Conselho.

Nesse contexto, foi encontrado 01 livro ata do COMDEMA na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com apenas 04 atas de 2015 a 2016, a saber:

- Ata da reunião de 29/09/2015;
- Ata da reunião de 13/10/2015;
- Ata da reunião de 26/01/2016;
- Ata da reunião de 26/04/2016.

Cabe destacar também que o COMDEMA ainda não possui Regimento Interno formalizado.

Soluções ao problema: - Criar um controle interno para a documentação do Conselho;
- Definir e formalizar o Regimento Interno;
- Motivar os conselheiros e fortalecer ao máximo a participação do COMDEMA na definição de projetos e ações ambientais no município.

3.1.6 Gerenciamento das exigências do Programa Município VerdeAzul (PMVA)



O Programa Município VerdeAzul (PMVA) foi criado em 2007, inicialmente como um projeto ambiental estratégico. Posteriormente, em 2010, o Projeto foi transformado em um programa de governo e, em 2013, o Decreto nº 58.976 instituiu uma coordenação própria para geri-lo, demonstrando fortalecimento desta política. Este Programa tem como objetivo estimular o desenvolvimento de uma agenda ambiental mínima, propondo parâmetros comuns a todos os 645 municípios do Estado. A participação municipal é voluntária, porém, constitui um pré-requisito para a liberação de alguns recursos financeiros, como no caso do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP), conforme definido pela Deliberação FECOP 003/2011.

O principal instrumento do PMVA consiste na avaliação e certificação anual do desempenho da gestão ambiental executada pelos municípios, sendo os resultados medidos por um conjunto de indicadores nos temas propostos, sintetizados em um índice, denominado Índice de Avaliação Ambiental (IAA).

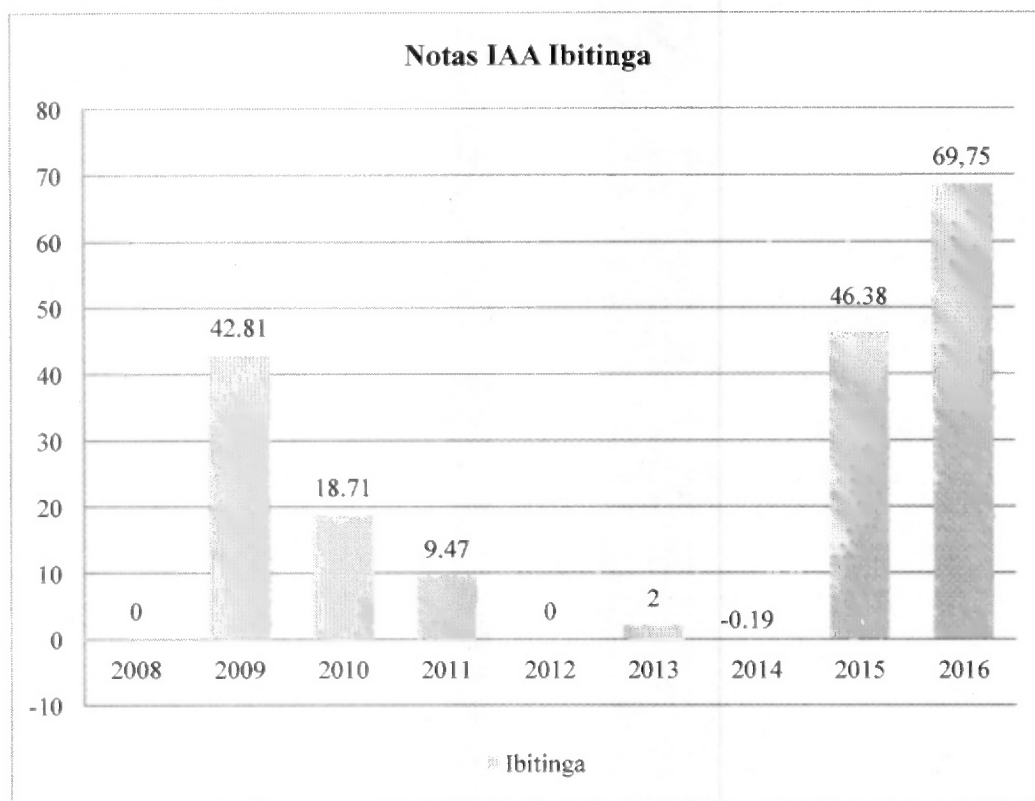
As equipes municipais devem executar seus planos ambientais, atendendo no mínimo, a um conjunto de Diretivas Ambientais propostas. Ao término do ciclo anual, estas equipes disponibilizam um Relatório de Gestão Ambiental Municipal, descrevendo as estratégias, metodologias e resultados obtidos ao longo do período, com o envio de documentos comprobatórios sobre as ações implementadas. Com base nestes materiais, a coordenação do PMVA avalia o desempenho de cada um dos municípios participantes a partir do IAA

Ao final do ano, os resultados são divulgados para a população em formato do *Ranking Ambiental Paulista*, o qual demonstra a nota de cada município no respectivo índice e sua classificação frente aos demais participantes. O IAA é composto por um conjunto de indicadores em 10 Diretivas Ambientais, as quais representam áreas temáticas consideradas estratégicas por articularem a agenda ambiental dos municípios com a estadual, sendo que até o ano de 2016 as Diretivas foram: Esgoto Tratado; Resíduos Sólidos; Biodiversidade; Arborização Urbana; Educação Ambiental; Cidade Sustentável; Gestão das Águas; Qualidade do Ar; Estrutura Ambiental; e Conselho Ambiental.

O IAA é expresso em valores entre -30 (menos trinta) e 100 (cem). O certificado "Município VerdeAzul" é entregue para aqueles que obtêm uma nota igual ou superior a 80 (oitenta) pontos, desde que também atendam a alguns pré-requisitos.

O Gráfico abaixo apresenta a evolução das notas de Ibitinga no Programa.

Gráfico 1 - Notas IAA Ibitinga



Cabe ressaltar que o IAA se diferencia de outros índices pelo fato de sua composição poder ser alterada de um período ao outro. Por conseguinte, é preciso acompanhar as mudanças estabelecidas no método de cálculo a cada ciclo do Programa, sendo que para 2017 diversas modificações foram definidas, com destaque para as próprias Diretivas Ambientais, que passam a ser formadas pelos seguintes temas: Município Sustentável; Estrutura e Educação Ambiental; Conselho Ambiental; Biodiversidade; Arborização Urbana; Esgoto Tratado; Gestão das Águas; Resíduos Sólidos; Poluição do Ar; e Solo. Portanto, observam-se mudanças, como por exemplo, a inclusão da Diretiva Solos e a incorporação da Educação Ambiental em todas as demais.

Uma dificuldade que pode ser enfatizada no contexto do PMVA está na estrutura ambiental do município. O Programa está cada vez mais rígido quanto às exigências, mas o município não apresenta um corpo técnico e funcionários suficientes na Secretaria que possam atuar exclusivamente nos projetos solicitados por essa política pública.

Soluções ao problema: - O desenvolvimento de políticas/projetos ambientais depende da contratação de mais funcionários no Setor de Meio Ambiente.

3.1.7 Ações pontuais de Educação Ambiental

O investimento em educação consiste na base para fomentar novas atitudes e comportamentos em prol da responsabilidade ambiental no município. Diante dos relatórios obtidos sobre a Diretiva Educação Ambiental no ciclo 2016 foi possível constatar que as ações executadas em Ibitinga nesta esfera ainda são pontuais, ou seja, carecem de um direcionamento estratégico coeso: o município não possui uma Política de Educação Ambiental definida, nem um Programa de Educação Ambiental estabelecido por lei.

Da mesma forma, Ibitinga não possui um Centro/Espaço de Educação Ambiental, sendo que no ano de 2016 foi inaugurada uma sala na Secretaria de Educação com alguns livros sobre temas correlatos, porém o local não possui capacidade de receber uma quantidade adequada de pessoas.

Soluções ao problema: - Estabelecer a Política de Educação Ambiental no município que contemple a educação formal e não formal.

- Criar um Espaço/Centro de Educação Ambiental.

3.2 AGRICULTURA

O município de Ibitinga, categorizado enquanto Estância Turística apresenta uma área de 696 km² e está localizado no centro geográfico do Estado de São Paulo. Possui uma população total, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 53.158 habitantes, dos quais: 51.057 residem na área urbana, enquanto 2.101 constituem a população rural.

Especificamente quanto ao cenário agrícola, com base no levantamento realizado em 2015 pelo Sindicato Rural local, o município apresenta cerca de 1.150 produtores rurais. Os dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de 2016 apresentam como as principais culturas existentes em Ibitinga: a cana de açúcar que ocupa 36.500 hectares, produzindo 2.998.510 toneladas/ano; a laranja com 1.018.656 pés, responsáveis por cerca de 1.476.984 caixas por ano; o amendoim que ocupa 2.000 hectares, produzindo 8.500 sacas/ano; o milho com 1.100 hectares, produzindo 137.500 sacas/ano; e a soja em 890 hectares, gerando 44.500 sacas/ano. Cabe destacar também as culturas do pimentão, em 04 hectares, e da melancia com 121 hectares, além de diversas propriedades com horticultura coberta.

Quanto aos dados sobre a produção da pecuária municipal, segundo levantamento do IBGE 2015, as criações mais expressivas são de: galináceos total (320.000 cabeças), gado bovino (14.000 cabeças), suíno (1.900 cabeças) e ovino (1.000 cabeças). Destacam-se nos produtos de origem animal os 1.400.000 litros/ano de leite de vaca, 41 mil dúzias/ano de ovos de galinha e 6.880 kg/ano de mel de abelha.

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) 2016 mostram a importância econômica do setor, sendo que do total das exportações realizadas por Ibitinga, 57% são de órgãos de animais, 30% de miúdos comestíveis e 12% de frutas cítricas. Percentualmente, a participação da agropecuária no total do valor adicionado é de aproximadamente 7,15% (SEADE, 2014) e os dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que o setor agropecuário foi responsável, em 2016, por 18,4% do saldo de empregos.

Complementarmente, o município apresenta um cenário de rica biodiversidade, com destaque para os recursos hídricos, conforme diagnosticado na seção anterior. Dessa forma, as ações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente devem ser constantemente pautadas em uma visão holística e integrada das áreas, compatibilizando a gestão ambiental com o desenvolvimento econômico a partir da rentabilidade dos produtores rurais, a geração de emprego e a arrecadação do município.

Para tanto, é fundamental que haja um trabalho voltado a manutenção do homem no campo a partir do trabalho do poder público que garanta a infraestrutura e geração de renda necessária ao adequado desenvolvimento das técnicas produtivas e, ao mesmo tempo, das medidas para a recuperação de áreas degradadas e a preservação socioambiental.

As principais funções desempenhadas nos últimos anos pela Secretaria relativas à Agricultura foram basicamente:

- Conservação, recuperação e manutenção de estradas rurais;
- Gerenciamento da patrulha agrícola.

3.2.1 Conservação e manutenção de estradas rurais

Em termos de infraestrutura, o município possui, segundo levantamento feito pela prefeitura (mapa georreferenciado) 686 quilômetros de estradas rurais que demandam manutenção constante em virtude de praticas inadequadas de conservação, assim como dos veículos pesados que trafegam diariamente destaque aos comboios de caminhões de cana (bitren e triminhão) que transportam entre 80 a 120 Toneladas, além dos transportes: escolar rural, dos produtores e trabalhadores rurais, dos insumos e o escoamento da produção.

As estradas rurais encontram-se em condições inadequadas de conservação, pois praticas incorretas por parte da prefeitura, tanto na operação das maquinas moto niveladoras, como na ausência de limpeza dos esgotos fazem com que as boas praticas de conservação não ocorram. Agravando este problema as usinas que atuam no município trafegam com caminhões com peso muito elevado para o tipo de pavimento (solo) das estradas, e também realizam a *patrolagem* (serviço de maquina moto niveladora) de forma inadequada promovendo destruição de lombadas de contenção das aguas pluviais, assim como as moto niveladoras entopem as saídas de agua, no caso os esgotos. Além destes problemas a falta de manutenção, e de um programa claro de recuperação e conservação faz com que as boas praticas de conservação não ocorram como, por exemplo, abertura e manutenção de esgotos, assim como a limpeza adequada de todo leito carrosavel e construção de sarjetas nas laterias para condução correta das aguas pluviais de forma adequada.

Quanto as estradas também foi observada necessidade de adequação na legislação municipal que permite nos casos de retificação de área, ou recuperação da mesma que permaneça a largura original sendo que muitas estradas tem largura muito pequena não permitindo a circulação de ao menos dois veiculos em sentidos opostos.

As fotos abaixo ilustram as condições de algumas estradas.

Dados de PDF não suportados para USB Impressão Direta:1000

Tente imprimir os dados desse PDF no PC.